

V-018 - CAPACITAÇÃO DE ATORES MUNICIPAIS PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DA BAHIA

Renavan Andrade Sobrinho⁽¹⁾

Engenheiro Civil (UFBA) e Engenheiro Sanitarista e Ambiental (UFBA). Mestre em Meio Ambiente, Águas e Saneamento (UFBA). Engenheiro de Projetos e Operações da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA). Professor Assistente da UFBA. Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES Seção Bahia (biênio 2013-2015).

Vanessa Britto Silveira Cardoso

Engenheira Sanitarista e Ambiental (UFBA); Especialista em Avaliação de Impactos Ambientais e Recuperação de Áreas Degradadas (UNIFACS); Vice-Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção Bahia (biênio 2013-2015).

Endereço⁽¹⁾: Rua Aristides Novis, 2 - Bairro – Federação; Cidade – Salvador; Estado – Bahia; CEP: 40210-630 - País - Tel: +55 (71) 3283-9780 - e-mail: renavansobrinho@gmail.com.

RESUMO

O Plano Municipal de Saneamento Básico configura-se ferramenta estratégica de planejamento e gestão, com vistas a alcançar melhorias nas condições sanitárias e ambientais, com reflexos diretos na melhoria da qualidade de vida da população. Em 2014, a Presidência da República sanciona o Decreto nº 8.211 que altera o prazo de obrigatoriedade do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para dezembro de 2015. Mesmo com o prazo estendido, os municípios encontrarão dificuldades para a elaboração dos PMSB. Este artigo apresenta estudo de caso no estado da Bahia na realização das Oficinas de Capacitação nos 417 municípios, de acordo com informações coletadas junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR). Houve o fomento da discussão pelo Estado sobre a importância dos PMSB, conceitos básicos de saneamento básico, participação e controle social, dentre outros assuntos, no entanto, houve uma ausência de quase 30% dos municípios baianos. Dessa forma, são necessárias ainda mais ações para a construção coletiva, além de ser necessário apoio financeiro por parte do Estado para que os municípios possa cumprir o prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Planos Municipais de Saneamento Básico, Oficinas de Capacitação, Estado da Bahia.

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, os municípios, titulares do serviço, devem elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). A Lei também estabeleceu a obrigatoriedade dos municípios elaborarem suas políticas municipais de saneamento básico. Assim, a política e plano são considerados os instrumentos centrais da gestão dos serviços. Neste contexto, o Plano Municipal de Saneamento Básico configura-se ferramenta estratégica de planejamento e gestão, com vistas a alcançar melhorias nas condições sanitárias e ambientais, com reflexos diretos na melhoria da qualidade de vida da população.

A política e o plano de saneamento são atribuições indelegáveis do titular dos serviços (municípios), e devem ser elaborados com a participação e controle social, por meio de mecanismos e procedimentos que lhe garantam informações, representação técnica e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico (GALVÃO, 2010). A falta de planejamento, definições políticas e diretrizes na área do saneamento básico, associada à falta de articulação nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) contribui para a manutenção das desigualdades sociais, ameaça a saúde pública e o meio ambiente, comprometendo a qualidade de vida da população.

De acordo com o Ministério das Cidades (2009), a ação de planejamento envolve uma avaliação do estado presente do objeto a ser planejado para, a partir daí, definir o estado futuro. Então, é necessário se discutir o saneamento básico como objeto de planejamento, seus conceitos, a forma como foi entendido ao longo do tempo e como foi apropriado pelos diversos segmentos da sociedade; elementos que, em última instância, irão influenciar na definição dos pressupostos sob os quais o planejamento se sustentará.

Assim, a ação de planejamento não envolve procedimentos meramente técnicos, neutros, a partir dos quais são feitos diagnósticos e prognósticos, mas, sobretudo, implica debate de ideias, das diversas formas de reconhecer a realidade e interpretá-la para projetá-la (BORJA, 2008).

Segundo Moraes (2005), a gestão municipal deverá ser baseada no exercício pleno da titularidade e da competência municipal, na implementação de instâncias e instrumentos de participação e controle social sobre a prestação dos serviços em nível local, qualquer que seja a natureza dos prestadores, tendo como objetivo maior promover serviços de saneamento justos do ponto de vista social. Nesse sentido, Moraes (2005), indica que para elaboração do Plano, faz-se necessário que o Poder Público Municipal tome a decisão política de realizá-lo. Assim sendo, a Prefeitura Municipal deverá formar equipe para tal, podendo firmar convênio com universidade(s), se possível, da região, que tenha(m) conhecimento no campo do saneamento ambiental, para auxiliar na elaboração.

Pode-se inferir que o processo de planejamento e os planos representam instrumentos de negociação com os atores/protagonistas sociais, tanto na elaboração quanto com o plano concluído, bem como de aglutinação política dos atores, na medida em que pode expressar, de forma técnica e organizada, o conjunto das decisões e compromissos sociais. Além disso, o planejamento e os planos construídos de forma participativa conferem transparência às alternativas escolhidas e às decisões tomadas pela sociedade, explicitando os objetivos e as prioridades (MORAES, 2009).

O artigo 19 da Lei nº 11.445/2007 afirma que a prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

- diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos, apontando as causas das deficiências detectadas;
- objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;
- programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;
- ações para emergências e contingências;
- mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Tanto o Plano Nacional de Saneamento Básico como os Regionais e Municipais devem ser elaborados com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliados anualmente e revisados a cada 4 (quatro) anos (art. 52, § 2º), preferencialmente em períodos coincidentes com os de vigência dos planos plurianuais.

Importante também destacar que o plano deve atender aos quatro componentes do saneamento. São eles: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo de águas pluviais, realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

Entre outras diretrizes, a Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece que a validade dos contratos de prestação de serviços depende da existência do plano; que os planos de investimentos e projetos dos prestadores devem ser compatíveis com as diretrizes do plano; e que a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos por órgãos ou entidades da União ficam condicionados à existência do plano.

O Decreto nº 7.217/2010 – Art. 26, § 2º e Art. 34 § 6º estabelecia que, a partir de 2014, só teriam acesso aos recursos da União, para serviços de saneamento básico, o município que tivesse elaborado o seu Plano de Saneamento Básico e instituído o controle social por meio de órgão colegiado de caráter consultivo.

Em 21 de março de 2014, a Presidência da República sanciona o Decreto nº 8.211 que altera o prazo de obrigatoriedade da existência do órgão colegiado de caráter consultivo para dezembro de 2014 e do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para dezembro de 2015. Essa fixação de novo prazo para a apresentação dos PMSB foi uma das 5 propostas de prioridades para o Ministério das Cidades que foi votada no Grupo 1 - Saneamento Ambiental, durante a 5ª Conferência Nacional das Cidades em dezembro de 2013. Assim, fica prorrogado para 31 de dezembro de 2015 o prazo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, sem o qual a Prefeitura não poderá receber recursos federais para serviços de Saneamento Básico a partir de janeiro de 2016.

Dessa forma, os municípios continuam obrigados à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. No entanto, com poucas exceções, os municípios não estão preparados para ocupar seu papel de planejar as políticas públicas, carecendo de tradição, recursos financeiros e instrumentos de planejamento de base técnica. Com isso, mesmo com o prazo estendido para dezembro de 2015, os municípios encontrarão dificuldades para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

No âmbito do Estado da Bahia, a Lei nº 11.172/2008, da Política Estadual de Saneamento Básico, determina que o planejamento dos serviços públicos de saneamento básico dar-se-á mediante o apoio técnico e financeiro do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, fato que levou a referida Secretaria a promover 27 oficinas de capacitação visando estimular os municípios a realizarem seus planos municipais.

O presente artigo objetiva analisar o método adotado nas oficinas realizadas, e de que forma as mesmas puderam contribuir para que os municípios da Bahia fossem estimulados a realizarem os seus Planos Municipais.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste trabalho foi do tipo estudo de caso, subsidiada por revisão bibliográfica sobre o instrumento de planejamento, Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), consulta a legislação e manuais do Ministério das Cidades, assim como informações coletadas junto à Superintendência de Saneamento (SAN) da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR), análise dos questionários de avaliação respondidos pelos participantes e do relatório final consolidado das Oficinas.

RESULTADOS

No Estado da Bahia, para atendimento também à Lei nº 11.172/2008, visando dar apoio técnico para os municípios, a Superintendência de Saneamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SAN/SEDUR) realizou oficinas de capacitação em Política e Planos Municipais de Saneamento Básico. Foram desenvolvidas 27 oficinas de capacitação nos municípios pólos de cada Território de Identidade (Tabela 1), no período de junho de 2013 a abril de 2014 de acordo com o cronograma estabelecido na Figura 1.

Tabela 1: Locais de ocorrência das Oficinas de Capacitação: Municípios pólo dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS POLO
16 - Piemonte da Diamantina	Jacobina
26 - Metropolitana de Salvador	Camaçari
22 - Médio Rio de Contas	Jequié
01 - Irecê	Irecê
19 - Portal do Sertão	Feira de Santana
03 - Chapada Diamantina	Seabra
07 - Extremo Sul	Teixeira de Freitas
08 - Médio Sudoeste da Bahia	Itapetinga
14 - Piemonte do Paraguaçu	Itaberaba
13 - Sertão Produtivo	Caetité
25 - Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim
11 - Bacia do Rio Grande	Barreiras
18 - Litoral Norte e Agreste Baiano	Alagoinhas
05 - Litoral Sul	Ilhéus
20 - Vitória da Conquista	Vitória da Conquista
12 - Bacia do Paramirim	Tanque Novo
10 - Sertão do São Francisco	Juazeiro
04 - Sisal	Serrinha
24 - Itaparica	Paulo Afonso
21 - Recôncavo	Santo Antônio de Jesus
06 - Baixo Sul	Ituberá
27 - Costa do Descobrimento	Eunápolis
09 - Vale do Jiquiriça	Maracás
02 - Velho Chico	Bom Jesus da Lapa
23 - Bacia do Rio Corrente	Santa Maria da Vitória
15 - Bacia do Jacuípe	Ipirá
17 - Semiárido Nordeste II	Ribeira do Pombal

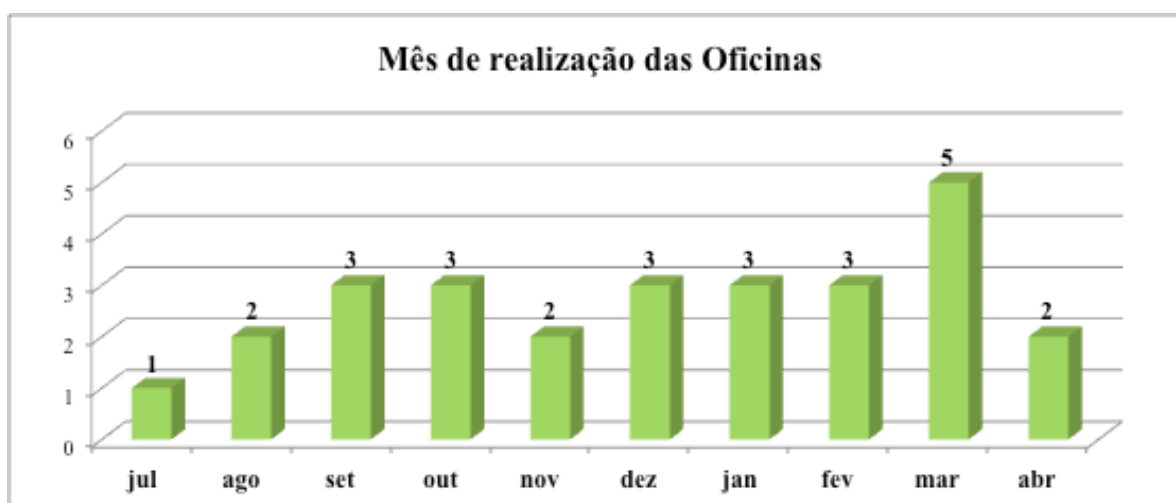


Figura 1: Quantidade de Oficinas realizadas por mês dos anos de 2013 e 2014.

As Oficinas de Capacitação em Política e Planos Municipais de Saneamento Básico tiveram como público-alvo e metas previstas, a capacitação de 520 Gestores e Técnicos dos Serviços Públicos Municipais e Estaduais, e a capacitação de 520 representantes da Sociedade Civil Organizada. As Oficinas tiveram como objetivo subsidiar os municípios para elaborarem e acompanharem seus Planos Municipais de Saneamento Básico, propiciando um encontro de capacitação, de trocas de saberes, passo fundamental para garantir a implementação do que preconizam as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.

O conteúdo das capacitações abrangeu aspectos legais da política e do plano municipal de saneamento básico; metodologias de planejamento estratégico; comunicação e mobilização social; estratégias para o levantamento de informações e elaboração do diagnóstico e prognóstico; viabilidade técnica, econômica, institucional, política, social e ambiental; aprovação e realização de oficinas e audiências públicas; implantação e revisão do plano municipal. Apresentou ainda as interfaces entre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a de Saneamento Básico e os desafios para o Brasil e seus municípios; a sustentabilidade dos serviços públicos de saneamento básico e novos paradigmas tecnológicos; e consórcios públicos como uma das estratégias fomentadas de governo federal para a gestão dos serviços.

Foi abordado também que, sendo um objeto de planejamento, o PMSB deve estar em consonância com os Planos Diretores, com os objetivos e as diretrizes dos planos plurianuais (PPA), com os planos de recursos hídricos, com os planos de resíduos sólidos, com a legislação ambiental, com a legislação de saúde e de educação e devem ser compatíveis e integrados com todas as demais políticas públicas, planos e disciplinamentos do município relacionados ao gerenciamento do espaço e desenvolvimento urbano.

Houve grande foco nos aspectos conceituais e metodológicos sobre participação e controle social, como um dos princípios fundamentais da prestação dos serviços públicos de saneamento básico e a participação popular na estrutura organizacional do sistema de saneamento básico do município no intuito de conduzir a resultados efetivos no atendimento às necessidades da sociedade. A participação e o controle social são fundamentais, pois planejar pressupõe reconhecer e debater os conceitos, as visões de mundo, percepções e interpretações. Caso contrário, o plano se constituirá em mais uma peça estéril, tecnoburocrática e cartorial, incapaz de promover a transformação social.

Durante os cinco dias de encontro ocorriam dinâmicas em grupo, permitindo que as pessoas envolvidas passassem por um processo de ensino e aprendizagem em que o trabalho coletivo é colocado como um caminho para se interferir na realidade, modificando-a. Isso porque a experiência do trabalho com dinâmica promove o encontro de pessoas em que o saber é construído junto, em grupo, além de debates sobre os temas e a exposição da experiência exitosa do Plano Municipal de Saneamento Básico de Alagoinhas/BA.

Os instrutores dos cursos eram graduados em engenharia sanitária e ambiental, aptos a responderem perguntas sobre a gestão dos serviços de saneamento e preparados para mediar as discussões. Ao final de cada Oficina, os instrutores relatavam em documento o que foi realizado durante a semana da oficina, apresentando as principais dificuldades e entraves observados pelos participantes.

Em todas as oficinas houve a participação de técnico da SEDUR que pudesse responder questionamentos sobre as ações do Estado, apresentadas logo no início das mesmas por meio de slides contendo as ações em saneamento básico no Estado e no Território de Identidade em questão. Em algumas Oficinas houve a participação de Secretários de Estado, representantes da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (prestador estadual de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário), promotores do Ministério Público do Estado (MPE BA), inspetores do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA BA), representantes de Consórcios Públicos, Secretários Municipais e outros representantes com poder decisório nas questões de saneamento básico, o que favoreceu e enriqueceu as discussões.

Como resultado, a SAN/SEDUR obteve 70% de representação de municípios. Em relação a participação, obtiveram a presença de 71% de representantes do poder público (municipal, estadual e federal) e 29% da sociedade civil (Figura 2).

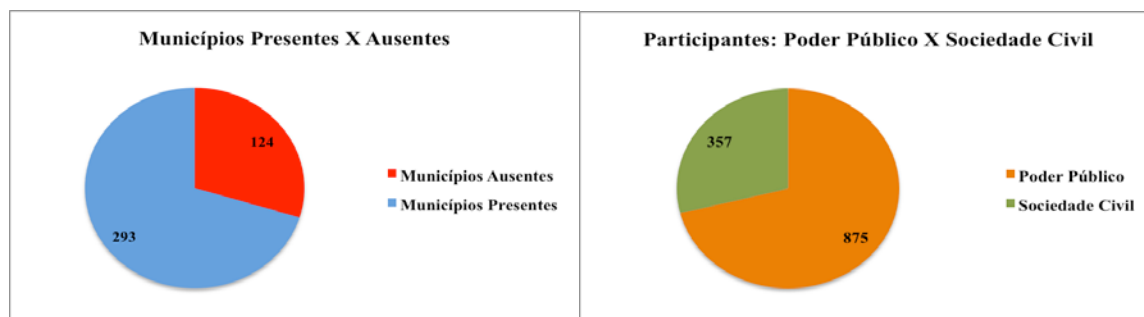


Figura 2: Relação Municípios presentes versus municípios ausentes e Relação participantes do poder público versus participantes da sociedade civil.

Com base na Figura 2 pode-se constatar que mesmo com a participação do Estado fomentando a discussão sobre a importância dos Planos Municipais de Saneamento na região dos municípios ainda houve uma ausência de quase 30% dos municípios baianos. Releve-se a divulgação que foi realizada por mobilizador social, via correspondência aos órgãos do executivo e legislativo municipal, além de contato telefônico na semana anterior ao evento. Quanto a participação da comunidade civil (apenas 29%), também não obteve-se a participação esperada. Cabe ressaltar que foram contactadas as principais associações, além de que a participação era estimulada por representantes da sociedade civil do Conselho das Cidades (ConCIDADES). Foram ofertadas diárias para facilitar a participação dos representantes da sociedade civil, de municípios vizinhos aquele onde estava sendo realizado a Oficina.

Do ponto de vista da representatividade municipal, houveram mais de 400 capacitados, o que representa praticamente 50% dos participantes nesse segmento.

A avaliação dos participantes feita por meio de questionário, no item cumprimento do objetivo do curso, resultou nos dados apresentados por meio da Figura 3.

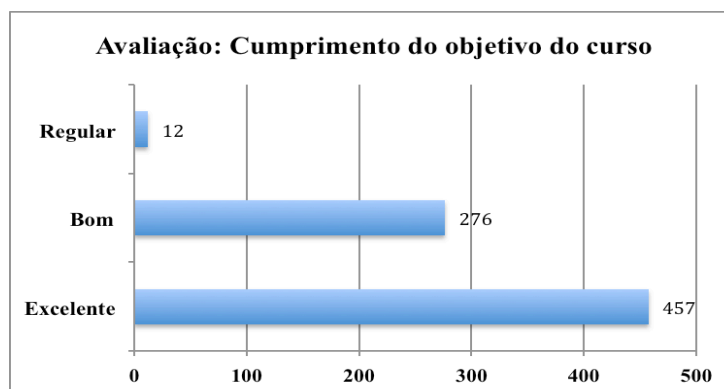


Figura 3: Avaliação das oficinas quanto ao cumprimento do objetivo do curso.

Observa-se que dos 745 questionários aplicados, cerca de 98% foram preenchidos com uma avaliação bom/excelente, realmente mostrando a importância e a relevância da atividade para aqueles que participaram dos eventos.

A SAN/SEDUR obteve diversos retornos positivos das prefeituras, a exemplo de Juazeiro e Eunápolis, que utilizaram os conhecimentos adquiridos durante a Oficina no processo de elaboração dos seus planos municipais de saneamento básico já em andamento.



Figura 4: Avaliação das Oficinas quanto à aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos durante o curso na prática profissional e nível de aprendizado sobre o conteúdo do curso.

Observa-se com base nas respostas dos questionários de avaliação (Figura 4) que a maioria dos participantes consideraram os conteúdos das Oficinas aplicáveis ao seu dia a dia na prática profissional (34,4% excelente e 59,2% bom) e assimiláveis, acrescentando ao seus níveis de aprendizado (34,1% excelente e 60,6% bom).

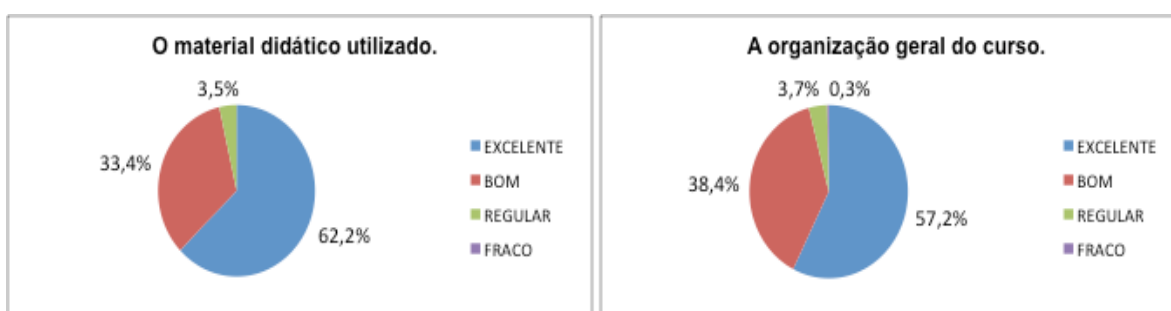


Figura 5: Avaliação das Oficinas quanto ao material didático utilizado e a organização geral do curso.

Na Figura 5, foram avaliados ainda o material didático utilizado durante as Oficinas, tendo como retorno 95,6% dos participantes que consideraram os mesmos como excelente/bom. Vale ressaltar que o material didático utilizado foi cedido pelo Professor Doutor Luiz Roberto Santos Moraes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), utilizado durante Oficinas de capacitação por todo estado da Bahia em ações de apoio técnico realizadas pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saúde (ASSEMAE), Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) e Ministério Público do Estado da Bahia (MPE BA). Ainda de acordo com a Figura 5, quanto à organização geral do curso (a mesma foi realizada por empresa vencedora da licitação em parceria com a Superintendência de Saneamento da SEDUR), a avaliação foi dada como excelente por 57,2 % e como boa por 38,4% dos participantes das Oficinas.

DISCUSSÕES

No âmbito do Plano Municipal de Saneamento Básico, é necessário que a população e todas as suas instâncias estejam engajadas na sua elaboração, avaliação e acompanhamento. Pôde ser observado que por meio das Oficinas de Capacitação, a troca de conhecimento e experiência entre os municípios foi muito significativa e oportunizou a criação de laços de cooperação mais efetivos a partir desses encontros, onde cada município, além de apresentar suas questões particulares, pôde conhecer o relato das dificuldades e a situação atual dos outros municípios participantes.

Em alguns momentos, foi firmado entre os presentes o comprometimento em implementar a formulação da política municipal de saneamento básico nos municípios, já que os principais aspectos relevantes para a elaboração dos PMSB foram debatidos e apropriados pelos participantes.

O processo da realização das oficinas de capacitação foi enriquecedor, pois os participantes detiveram conhecimento considerável sobre os princípios da política de saneamento, além de conhecimentos de outras

áreas das políticas públicas, o que facilitava e diversificava o debate no momento do encontro e, com certeza, até o momento da tomada de decisão dentro das discussões nos seus municípios de origem.

Quanto maior o nível de maturidade política dos participantes, melhor a probabilidade do aproveitamento dos conhecimentos adquiridos na oficina, visando a aplicação em seus municípios de origem. A discussão também trouxe outras reflexões, principalmente sobre a gestão pública, no que se refere à autonomia das secretarias municipais, como forma de descentralização das ações, além de garantir uma formação continuada dos atores principais para gestão do saneamento básico.

Dificuldades de contato com as prefeituras para convocação dos atores foi tida como o maior dentre dos entraves para a realização das Oficinas. Além disso, houve dificuldade com relação ao deslocamento dos participantes dos municípios mais afastados do município polo dentro dos limites do Território de Identidade. Isto foi solucionado com a possibilidade do representante do município participar em outro Território de Identidade que não aquele de origem.

CONCLUSÃO

Do ponto de vista global, foram treinadas 18% a mais de pessoas da meta inicial prevista de 1040 capacitados. Isso reflete a participação do mobilizador social e que a divulgação foi efetiva atingindo os órgãos municipais e estaduais. Quanto a participação da sociedade civil houve um percentual de 32% a menos de pessoas capacitadas em relação a meta prevista. Percebe-se portanto que são necessárias ainda mais ações para o convencimento da necessidade da participação da sociedade na construção desse instrumento participativo, desmitificando que não se trata apenas de uma ação de governo e sim de uma construção coletiva com a necessidade do controle social, e que como relatado pelos participantes a comunicação não foi efetiva quanto a divulgação nas associações e entidades locais.

Pode-se inferir a relevância do apoio técnico por meio da realização das oficinas de capacitação realizadas pelo governo do Estado da Bahia, visando assim contribuir na capacitação dos gestores e técnicos que estarão envolvidos na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. O apoio técnico aos municípios prestado pelo governo do estado da Bahia para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) é importante, até porque o adiamento do prazo pelo governo federal não elimina os problemas e dificuldades no cumprimento dos mesmos pelos municípios. É necessário intensificar o apoio técnico e dar apoio financeiro para os municípios baianos, principalmente aqueles com população inferior à 50.000 habitantes, para que os prazos estabelecidos sejam cumpridos, o que haja vista, será bastante difícil. Observa-se a ausência de apoio financeiro do governo do Estado para o apoio efetivo a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, o que é um fator dificultador, vistas as dificuldades dos municípios em financiar a sua elaboração.

De forma macro, analisando os questionários observa-se que o resultado das oficinas foi positivo quanto a capacitação dos técnicos/sociedade civil. No entanto, é necessário avaliar posteriormente o real resultado destas encontros na efetiva elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e também na qualidade técnica dos mesmos. Para isso, será necessário um acompanhamento do Governo do Estado para averiguar a quantidade de municípios que estão em processo de elaboração dos seus planos. Sabe-se que a SEDUR realizou pesquisa, por meio de questionário enviado para todas as 417 prefeituras do Estado da Bahia, com perguntas sobre o andamento da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, com o objetivo de validar os resultados alcançados pelas oficinas e os motivos pelos quais não houve a participação dos mesmos nas oficinas promovidas, porém esta análise ainda não foi finalizada/divulgada.

Apesar do Plano Municipal de Saneamento Básico ser o principal instrumento de gestão para o saneamento básico no âmbito municipal, é fundamental a realização do planejamento em um âmbito mais macro, a nível estadual e federal. Nesse sentido, é necessário também que o governo do Estado da Bahia invide esforços para elaborar o Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB / BA) visando ainda mais incentivar e dar subsídios para os municípios atuarem na elaboração dos seus planejamentos dentro da área da esfera integrada do saneamento básico..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAHIA. Lei nº 11.172/2008, da Política Estadual de Saneamento Básico. Disponível em: http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceama/material/legislacoes/saneamento/lei_11172_2008.pdf. Acesso em: 20 ago. 2014.
2. BORJA, P. C. Elaboração de Plano de Saneamento Básico: pressupostos, princípios, aspectos metodológicos e legais. Brasília: Ministério das Cidades Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Modernização do Setor de Saneamento- PMSS, Unidade de Gerenciamento do Programa- UGP/PMSS, 2008.
3. BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, da Política Federal de Saneamento Básico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em: 17 ago. 2014.
4. BRASIL. Ministério das Cidades. Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico. Ministério das Cidades, Programa de Modernização do Setor Saneamento. Brasília: 2009. 1a edição 265 p.: il.
5. GALVÃO JR, A. C.A. Informação no Contexto dos Planos de Saneamento Básico./ Alceu de Castro Galvão Junior, Geraldo Basilio Sobrinho, Camila Cassundé Sampaio. - Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.
6. MORAES, L. R. S. Política e plano municipal de saneamento ambiental: experiências e recomendações. Brasil: Ministério das Cidades. Organização Pan-Americana da Saúde.; Ministério das Cidades, Programa de Modernização do Setor de Saneamento. Brasília: OPAS, 2005.
7. MORAES, L. R. S. Política e plano municipal de saneamento básico: aportes conceituais e metodológicos. In: Lei Nacional de Saneamento Básico: perspectivas para as políticas e gestão dos serviços públicos. v.1. Coord. Berenice de Souza Cordeiro. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.